

TERRITÓRIO E SUJEITO SERTANEJO: RELAÇÕES DE PODER E SUBALTERNIDADE NO NORDESTE BRASILEIRO

Rodrigo José de Góis Queiroz¹

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre o pensamento decolonial e a perspectiva dos sujeitos subalternos na produção do território. A teoria geográfica, numa leitura relacional, é de fundamental importância para a compreensão da tensão entre as dimensões de dominação e apropriação na produção territorial, ressaltando as relações de poder no âmbito dos conflitos sociais. Damos um enfoque no entendimento dos conflitos políticos nos sertões do Nordeste brasileiro, apresentando o ponto de vista dos vencidos em suas lutas sociais. Tencionamos um resgate da memória de luta dos sujeitos sertanejos, destacando suas ações espontâneas e organizadas contra a produção desigual do território em diversas frentes, como a construção da utopia sertaneja na cidade de Canudos.

Palavras-chave: Território; Giro Decolonial; Sujeito Subalterno.

TERRITORY AND SERTANEJO SUBJECT: RELATIONS OF POWER AND SUBALTERNITY IN BRAZILIAN NORTHEAST

Abstract: This article presents reflections on decolonial rationality and the perspective of subaltern subjects in the production of the territory. The relational reading of geographic theory is fundamental for understanding the tension between the dimensions of domination and appropriation in territorial production. It emphasizes the power relations in the context of social conflicts. We focus on understanding political conflicts of Brazilian's Northeast sertão, presenting the point of view of vanquished in their social struggles. We intend to rescue the fighting memory of the subaltern sertanejo subjects, highlighting their spontaneous actions and organized against the uneven production of the territory on several fronts, such as the construction of the sertaneja utopia in Canudos city.

Keywords: Territory; Decolonial turn; Subaltern subject.

TERRITORIO Y SUJETO SERTANEJO: RELACIONES DE PODER Y SUBALTERNIDAD EN EL NORESTE DE BRASIL

Resumen: Este artículo presenta reflexiones sobre el pensamiento decolonial y la perspectiva de los sujetos subalternos en la producción del territorio. La teoría geográfica, en una lectura relacional, es de indispensable interés para comprender la tensión entre la dimensión de dominación y apropiación en la producción territorial, enfatizando las relaciones de poder en el contexto de conflictos sociales. Nos enfocamos en entender los conflictos políticos en las tierras del sertão del noreste de Brasil, presentando el punto de vista de los perdedores en sus peleas sociales. Poseemos la intención de recuperar el memoria de lucha de los sujetos

¹ Universidade Federal do Ceará - UFC, Departamento de Geografia, Fortaleza, Brasil, joserodrigois@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0002-7433-4615>

subalternos, señalando sus acciones espontâneas y organizadas contra la producción desigual del territorio en varios aspectos, como la construcción de la utopía sertaneja en la ciudad de Canudos.

Palabras clave: Território; Giro decolonial; Sujeto subalterno.

Introdução

Este artigo apresenta uma discussão sobre a perspectiva dos sujeitos subalternos na produção do território nos sertões do Nordeste brasileiro, buscando compreender os conflitos políticos sob a inspiração teórica do pensamento decolonial. Através da perspectiva do território relacional, investigamos ações políticas dos sujeitos subalternos, trazendo à tona suas memórias no interior dos conflitos territoriais. Se por um lado temos o predomínio do poder econômico na produção do território, por outro, contraditoriamente, não podemos negar os processos de resistência social, na qual o resgate da memória espacial dos sujeitos políticos subalternos se apresenta de grande valia.

Em termos metodológicos, esta produção evidencia algumas reflexões teóricas orientadas pelos problemas de pesquisa atinentes ao nosso doutorado, procurando aprofundar nas questões relativas à produção do território pelos sujeitos sertanejos subalternos. No tocante ao território sertanejo, conceituado por muitos como espaço dos coronéis, por outro lado, também não podemos esquecer os chamados grupos subalternos que apresentam sua resistência na perspectiva de busca de uma (re) territorialização espacial que faça justiça ao legado do processo de colonização.

Entretanto, não procuramos esgotar as possibilidades de compreensão da produção territorial nos sertões do Nordeste, mas apresentar uma versão que contemple os sujeitos subalternos sertanejos esquecidos pela história oficial. Assim, buscamos o entendimento da produção do território como relação, abrindo possibilidades para o estudo do ponto de vista dos vencidos, suas estratégias políticas no interior dos conflitos e relações de poder. Ademais, fazemos uma discussão sobre o resgate da memória política dos sujeitos sertanejos subalternos em diversas frentes de luta política contra o latifúndio, finalizando apresentando a luta de Canudos no final do século XIX.

Território e a perspectiva dos sujeitos

Em seu livro 'Por uma Geografia do poder', Raffestin (1993) apresenta sua concepção de produção territorial numa perspectiva relacional, desmistificando as leituras naturalizantes do processo social que negam as relações de poder e conflitos entre diferentes atores sociais. Em suas palavras: "O território [...] não poderia ser nada mais que produto de atores sociais. [...] Há portanto um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...]" (RAFFESTIN, 1993, pp.7-8).

Na esteira dessa proposta, em uma leitura contemporânea, para Haesbaert (2007, p. 20), "território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação." Apoiado na leitura de Lefebvre², o autor distingue apropriação de dominação, o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

No âmbito das relações de poder, devemos atentar para a produção territorial "de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc" (HAESBAERT, 2014, p.59). Destarte, enquanto conflito e contradição entre a dominação e apropriação, "o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos" (Ibidem, p.59). Dessa forma, o autor afirma que podemos distinguir lógicas de territorialização, no sentido político-econômico de dominação ou no sentido mais político-cultural de apropriação.

Trata-se da busca pela superação da dicotomia entre o espaço material e as representações espaciais, em busca dos poderes invisíveis que fazem parte do território, "envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o imaginário geográfico" (HAESBAERT, 2007, p. 42). Para o autor, enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade, abrindo

² Para Lefebvre (2013), as representações do espaço (ou espaço concebido), permeadas pelo poder de dominação, ligadas a dimensão econômico-política, do Estado e do mercado, procuram dominar os espaços de representação (ou espaço vivido), por sua vez ligado à memória coletiva e/ou individual de um conjunto de sujeitos em busca da apropriação através da resistência social.

possibilidades para o resgate da memória da dinâmica dos sujeitos subalternos na produção e apropriação do território.

Nesse contexto, trazemos à tona o conceito de território em uma dimensão relacional³, enquanto espaço de conflitos mediado por relações de poder, no intuito de uma melhor compreensão das lutas sociais⁴ na produção do território, bem como elemento profícuo para um aprofundamento do entendimento da constituição de ativismos e movimentos sociais. Nas palavras de Haesbaert (2007, p. 93), “o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder.” Em outra obra, Haesbaert (2014, p.29) afirma: “território discute a problemática do poder em sua relação indissociável com a produção do espaço”.

Nas palavras de Haesbaert (2014, p. 90): “Território, neste debate, não é apenas uma questão de Estado. Na América latina, hoje, podemos afirmar, (re)territorializa-se é uma estratégia política de transformação social de grupos subalternos”⁵. Para este autor, as relações de poder e os conflitos sociais associados à lutas de grupos subalternos na América Latina, “dizem respeito, sobretudo, a uma partilha mais igualitária da terra, na recomposição dos direitos de grupos como os sem-terra, os sem-teto e “minorias culturais (indígenas [e quilombolas], por exemplo)” (Ibidem, p.90). Essas lutas, aludem a constituição de sujeitos sociais protagonistas na produção territorial⁶.

³ Assim, propomos pensar o território como um espaço político em construção de forma relacional, tendo em vista que: “na linguagem aqui adotada, o território integra uma dialética do absoluto, relativo e relacional como uma forma de leitura do espaço-tempo.” (HARVEY, 2009, p.174). “In the language adopted here, this means integrating the concept of territory into the dialectics of absolute, relative, and relational modes of approach to space and time.” (HARVEY, 2009, p.174)

⁴ No âmbito dos conflitos associados à dominação e apropriação, valor de troca e valor de uso na produção do espaço, Lefebvre relata que o entendimento da luta de classes passa por novos conteúdos, devendo ser analisada em outro sentido daquele restrito ligado unicamente ao aspecto econômico, destacando: “las formas de esta lucha son mucho más variadas que antiguamente. Desde luego, las acciones políticas de las minorias forman parte de esta lucha” (LEFEBVRE, 2013, p. 113).

⁵ Nesse caminho, Harvey (2009) afirma que contemporaneamente, descontentes com a tradicional teoria e prática do Estado, vários campos do conhecimento e movimentos sociais compreendem a necessidade de deteriorar as ficções no que diz respeito ao Estado e a soberania da propriedade privada, transformando a política global em um lugar a ser construído. Refletindo sobre a experiência do movimento camponeses sem terra no Brasil, Harvey (2009, p. 73) argumenta que por meio da luta política as leis podem ser revisadas no tocante à produção do território, pois “a lei não é monolítica”. “the law is not monolithic”. (HARVEY, 2009, p.73).

⁶ Para o autor, existe um conflito entre o espaço abstrato e espaço diferencial, na contradição entre as propostas de homogeneização do espaço em seus projetos de dominação em contraponto aos diversos grupos sociais oprimidos. Para ele “la lucha de clases puede leerse en el espacio actualmente más que nunca. A decir verdad, sólo ella impede la extensión planetaria del espacio abstracto disimulando todas las diferencias” (LEFEBVRE, 2013, p. 113). Desse modo, na perspectiva da resistência, temos os espaços diferenciais, pois “sólo la lucha de clases tiene capacidad diferencial” (LEFEBVRE, 2013, p.113).

Em uma leitura recente, Haesbaert (2020a; 2020b) apresenta a discussão do território no âmbito das leituras propiciadas pelo 'giro decolonial' na América Latina. O autor afirma que a especificidade da leitura latino americana do território está ligada ao fato de que ela parte das esferas do vivido e das práticas dos movimentos sociais, ressaltando os usos do conceito de território como instrumento de luta. Para Haesbaert (2020a; 2020b), a leitura do território nessa perspectiva parte do entendimento da permanência de uma 'colonialidade do poder', "[...]vinculada a herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência dos grupos subalternos [...]" (HAESBAERT, 2020b, p. 76).

No caso da América Latina, como afirma Quijano (2005), o processo de colonização está no seio do capitalismo europeu nascente, pois contribuiu com o processo de acumulação primitiva possibilitando as possibilidades da posterior expansão. Em suas palavras: "O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado." (QUIJANO, 2005, p.120). De todo modo, Haesbaert (2020a, p. 142) afirma: "A singularidade de um pensamento latino-americano sobre o território, como atestam nossas pesquisas, parece mais clara no que diz respeito ao território como categoria da prática[...]"

Em nosso trabalho, buscamos rastrear as trajetórias dos sujeitos subalternos nos sertões do Nordeste submetidos ao processo de colonização brasileiro, compreendendo a violência do processo, mas também as formas de resistência. Nessa perspectiva, o território como categoria da prática permeou todo nosso trabalho, em que buscamos o entendimento do espaço vivido da experiência de apropriação pelos grupos subalternos. Em sua argumentação, Haesbaert (2020a, p. 142) afirma que enquanto categoria da prática temos "[...]o uso do território como termo cotidiano e também como ferramenta política pelos diversos grupos sociais, em especial os grupos subalternos."

Nesse momento, dialogamos com a proposta de Benjamin (1994) para pensar uma leitura do território pelo ponto de vista dos vencidos, no caminho de uma Geografia crítica conectada com a experiência das classes oprimidas. Para este autor, fica claro que a tradição dos oprimidos não tem registro, se abrindo o campo de estudos no intuito de trazer à tona o ponto de vista daqueles invisibilizados pela história oficial. Ele exclama contra a homogeneização da sociedade pela modernidade, propondo um resgate da memória: "não existem, nas vozes que

escutamos, ecos de vozes que emudeceram? [...] O passado dirige um apelo” (BENJAMIN, 1994, p. 223).

Para Benjamin, a modernidade se apresenta como um cortejo triunfal dos vencedores sobre os vencidos, pois quando se trata da história e da transmissão histórica, se faz fundamental compreender que os documentos oficiais de cultura são documentos de barbárie, em que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim, como a cultura não é isenta da barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 1994, p.225). Em consequência, deve-se manter em relação à ideologia dos vencedores um distanciamento crítico e não uma identificação afetiva.

De acordo com Lowy (2005, p. 74), a expressão de Benjamin “escovar a História a contrapelo” significa “ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos”.⁷ Sendo assim, para Lowy (2005), o resgate da memória do ponto de vista dos vencidos diz respeito a história das classes oprimidas no geral⁸, não apenas os operários, mas as mulheres, os camponeses sem terra, os desempregados e sem-teto, os indígenas, os curdos, os negros, as minorias sexuais e etc.

Na esteira dessa leitura, Lowy (2005) propõe a aplicação do método de Walter Benjamin para pensar os movimentos sociais na América Latina. Em uma perspectiva dialética, não apenas as forças econômicas e políticas promovem a produção do território, mas também as classes oprimidas, consubstanciando uma leitura da luta de classes na produção do território. Assim, o resgate do “ponto de vista dos vencidos” como uma dimensão subversiva de recuperação da memória dos mártires, “só tem sentido quando se torna uma fonte de energia moral e espiritual para aqueles que lutam hoje” (LOWY, 2005, p.111).

Desse modo, a tradição cultural dos oprimidos passa a ser destacada pela possibilidade de resgate da memória de suas experiências de construção do território. Em vista disso, acreditamos na possibilidade de pensar as classes oprimidas como sujeitos políticos. Dessa leitura, identificando a luta de classes numa perspectiva ampliada para além da dimensão restrita do operariado, tiramos que apenas a resistência dos movimentos sociais e das classes subalternas não permite

⁷ Para Matos (2009), a proposta de Benjamin de “escovar a história a contrapelo” faz parte de sua crítica da história dos vencedores, na busca de escapar da perspectiva abstrata de entendimento da história como veredicto do vencedor.

⁸ “As noções de burguesia e proletariado, praticamente ausentes de suas reflexões, Benjamin prefere os excluídos” (MATOS, 2009, p. 19).

que a produção capitalista homogeneíze o espaço, surgindo elementos para novas pesquisas sobre a Geografia na América latina.

Em nossa proposta, com base no método dialético, priorizamos uma investigação da experiência sertaneja no Nordeste brasileiro, não como uma totalidade externa ao contexto, cheia de determinações a priori, mas buscando o entendimento da realidade vivida por aqueles sujeitos⁹. Procuramos compreender a produção do território em um sentido amplo, a partir das relações de poder no interior de uma Geografia de conflitos, ressaltando as lutas políticas de resistência na trajetória de subalternidade dos sertanejos. Essas lutas, aludem a constituição de sujeitos sociais protagonistas na resistência do processo de produção territorial.

Nesse sentido, Said (2011) mostra a importância dos *estudos subalternos* nas disputas territoriais dos espaços colonizados. Tais estudos valorizam os temas da cultura de resistência, buscando “[...] resgatar na história colonial a voz nativa silenciada [...]” (Ibidem, p.387). Para este autor, o imperialismo busca construir imagens de si próprio como um benévolo progressista, lançando um discurso civilizatório¹⁰ que menospreza os saberes dos povos colonizados. Certamente, ressalta Said (2011), a preponderância do poder encontra-se do lado dos colonizadores e de seus intelectuais públicos. Por outro lado, devemos aproveitar as brechas que surgem para dar voz aos que está calado ou marginalmente presente.

Nesse caminho, alguns geógrafos brasileiros vêm aprofundando discussões sobre a possibilidade de uma crítica decolonial, no sentido de realçar a especificidade da América Latina para além de leituras homogeneizantes que partem do centro europeu. De acordo com Porto-Gonçalves (2008, p. 38), para promover um pensamento crítico para além do eurocentrismo, “é preciso trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar. A visão unilinear do tempo silencia outras temporalidades que conformam o mundo simultaneamente.”

Com isso, estamos presenciando discussões em torno do que vem sendo chamado de “giro decolonial”. Nas palavras de Ballestrin (2013, p.108): “aquilo que é original dos estudos decoloniais parece estar mais relacionado com as novas lentes colocadas sobre velhos problemas latino-americanos.” De acordo com Dussel (2005), não se trata de negar a dimensão racional da modernidade, mas de valorizar

⁹ “ir além da empiria só pode significar, ao contrário, que os objetos da própria empiria são apreendidos e compreendidos como aspectos da totalidade, isto é, como aspectos de toda a sociedade em transformação histórica” (LUKACS, 2012, p.330).

¹⁰ “A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível.” (KRENAK, 2019, p. 11).

as racionalidades e saberes dos povos do mundo periférico colonial, fazendo a crítica do projeto eurocêntrico pretensamente ético que se utilizou de extrema violência no processo de conquista e continua se perpetuando.

Nesse contexto, em termos de Brasil e América Latina, nos aproximamos da leitura decolonial, no qual em sua visão da experiência prática de produção do território alerta para a existência de uma *colonialidade do poder*, que quer dizer que as relações de colonialidade não findaram com a destruição do colonialismo. Essa perspectiva também alerta para a existência de uma *colonialidade do saber*, tendo em vista “um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (BARBOSA; PORTO-GONÇALVES; 2014, p.12).

Desta feita, a análise passa pelo entendimento histórico da colonização brasileira, ressaltando o caráter de subalternidade dos sujeitos políticos perante a formação do latifúndio, mas também destacando a criatividade política de suas experiências vividas, pois “É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força na sociedade civil, dos movimentos sociais”. (MARTINS, 2000, p.57). Na perspectiva decolonial se procura a reafirmação do potencial emancipatório dos movimentos sociais não apenas nas demandas materiais, mas também a dimensão social, cultural e étnica.

Em termos históricos, se torna evidente que a formação territorial empreendida desde o processo de colonização propiciou que a estrutura agrária brasileira apresentasse um padrão de concentração de riqueza e de poder marcada por conflitos, violência, expropriação e exploração. Ao passo que, por outro lado, temos os povos subjugados: “com um componente comunitário diferente daquele historicamente legitimado pelo Estado, caracterizado pela apropriação privada e, num segundo momento, pela mercantilização da terra” (BARBOSA; PORTO-GONÇALVES; 2014, p.13).

Essa perspectiva propõe a compreensão de que as marcas do período colonial estão presentes até hoje em nossa organização social, na qual os traços culturais de raiz não são valorizados, tendo em vista o padrão de dominação colonial interno, pois: “processos de independência, sobretudo na América Latina, não se desenvolveram em um marco descolonial. Ao contrário disso, as situações de exploração cultural, epistêmica e econômicas seguem funcionando” (BARBOSA; PORTO-GONÇALVES; 2014, p.16).

Contemporaneamente, vem se desenvolvendo os estudos subalternos com o intuito de dar voz aos sujeitos invisibilizados pelo processo de modernização, por meio do qual “sujeitos subalternizados categorizados como lavrador, ocupante ou simplesmente de comunidades primitivas [...] passam a reivindicar a identidade e a diferença em suas lutas” (BARBOSA; PORTO-GONÇALVES; 2014 p.21). A perspectiva do território como uma relação de controle e dominação, que contraditoriamente apresenta uma tensão dos sujeitos sociais como possibilidade de apropriação e construção de um novo território por intermédio das lutas sociais, nos possibilita uma ênfase na análise dos sujeitos subalternos.

Em nossa discussão, buscamos o entendimento do sujeito coletivo subalterno que surge no sertão semiárido nordestino mediante uma releitura dos conflitos e embates pelo território, propiciados pela produção desigual histórica do latifúndio e da indústria da seca¹¹, que são agravados durante as estiagens periódicas. O discurso oficial apresenta sua versão de que as desigualdades no sertão se dão devido ao quadro natural, negando as dimensões de dominação política. Como se sabe, traçando a geografia das relações políticas no sertão, é possível elencar os elementos históricos de dominação política e econômica desde o processo de colonização.

Por outro lado, na escala do sertão, no âmbito da virada do século XIX para o século XX, incontestavelmente ecoava um burburinho contra a propriedade privada, com as ações de saque que se espalharam desde a seca de 1877, se fortalecendo com as lutas de Canudos como um projeto de reforma agrária popular. Nas palavras de Davis (2002, p. 92): “Os sertanejos, “os homens mais honrados do mundo,” começaram a roubar gado e a saquear fazendas”.

Nesse sentido, buscando dar visibilidade a estes sujeitos vencidos, procuramos trazer à tona seu ponto de vista, pois como alerta Martins (1992, p.19), “a memória é um meio de afirmação dos que foram excluídos do fazer História. Por meio dela, declaram-se sujeitos”. De todo modo, o fenômeno das secas assolando os pobres sem-terra do sertão não diz respeito apenas ao fenômeno físico-climático, mas também a história de produção do latifúndio no Brasil, que em todo processo de colonização desenraizou esses sujeitos e consolidou as desigualdades sociais e territoriais.

¹¹Do ponto de vista da abordagem política: Espaço dos coronéis, da oligarquia latifundiária, das eleições fraudulentas e das violentas disputas pelo poder político. “[...] A manipulação interesseira dos recursos destinados às obras contra as secas e a obtenção de favores políticos, via clientelismo, eram fatos conhecidos, mas, e esta observação deve ser registrada, não chegavam a afetar a imagem de sofrimento da região [...]” (CASTRO, 1992, pp.59-60).

Nesse momento, cabe tomar nota da argumentação de Neves (2000) em sua narrativa sobre a constituição do *sujeito político sertanejo* nas experiências acumuladas com ações de saques nos períodos de seca no sertão semiárido¹², na qual afirma que os retirantes imprimiram novas formas de negociação com as elites locais por meio da pressão contra a propriedade privada. Por outro lado, a crítica prática da propriedade privada realizada pelo sertanejo em suas ações de massa em contexto de secas, devem ser compreendidas como “atos de vontade que precisam ser examinados em sua própria especificidade” (NEVES, 2000, p.14).

O mesmo autor também afirma que, contudo, a tradição de análise dos movimentos sociais brasileiros não dá atenção aos processos de rebeldia camponesa espontâneos, como aqueles de saque feito pelos sertanejos, entendendo-os como pré-políticos¹³. Nesse debate, afirmam que os movimentos políticos apareceriam apenas após a etapa de industrialização, na qual surgiria a categoria do operário, que se organizaria no interior de uma hierarquia sindical, sendo organizada por ideias exteriores à sua própria classe, manifestadas pelos partidos.

De todo modo, para o discurso oficial, a seca passou a ser um problema nas grandes e pequenas cidades no final do século XIX, pois os retirantes sertanejos exigem, com sua presença indesejada, uma solução imediata para suas aflições: trabalho, comida, esmolas e moradia. Para o autor, o temor da população era de que “[...] os retirantes, em desespero, atacassem as propriedades, as casas e estabelecimentos comerciais para satisfazer sua fome animal e, embriagados pela violência, destruíssem o tecido social”. (NEVES, 2000, p.41).

Trata-se de um conflito entre dominação e apropriação na produção do território. Por um lado, a apropriação do território recorrendo as ações de massa contra o latifúndio, bem como ações espontâneas de saque ao comércio das cidades em momentos de fome extrema. Na argumentação de Neves (2000), se referindo aos retirantes desenraizados da terra no Nordeste seco como um todo, no final do século XIX, pode-se dizer que estes procuravam qualquer meio para sobreviver, mesmo tendo que enfrentar a violência.

¹² Nos anos de 1877-80, 1888-89, 1903, 1915, 1932, 1942-3, 1951-3, 1957-9, 1970-1, 1978-83, 1993-94 e 1998 – Ver: NEVES (2000).

¹³ “O campesinato é posto sistematicamente de lado pela propaganda da maior parte dos partidos nacionalistas. Mas é claro que, nos países coloniais, só o campesinato é revolucionário. Nada tem a perder e tem tudo a ganhar” (FANON, 1968, p.46).

Como se sabe, o sertão semiárido tem como característica territorial a formação do latifúndio desde o processo de colonização, com a doação de terras pelas capitanias hereditárias para ‘grão senhores’ colonizadores através das sesmarias. Com isso, sem acesso à terra e ferramentas, os sertanejos pobres encontram grandes dificuldades com as secas periódicas, que os atingem com a fome, formando um contexto político para a busca por soluções drásticas, associadas as suas necessidades extremas. Os sertanejos se lançam em ações de saques ao comercio, feiras das grandes cidades e centro regionais, em busca da sobrevivência.

Em nossa visão, a proposta de reconstrução do ponto de vista dos sujeitos sertanejos subalternos, em suas ações espontâneas de saque e pressão contra a propriedade privada, impõe a necessidade de análise destes como sujeito político. De acordo com Neves (2000), as ações desde o final do século XIX até a seca de 1958 consolidaram a tradição de saques e ações de massa como forma de pressão contra a propriedade privada. Como ressalta o autor, esta tradição se tornou contemporânea de outros movimentos sociais no campo em gestação, como as ligas camponesas, o que causava certo pavor às elites no processo de transição capitalista.

De acordo com Gomes (1998), no final da década de 1950, por exemplo, o quadro político passou a ser visto como de forte ameaça aos coronéis, pois a reforma agrária foi posta como medida para sair da crise social, tendo em vista que “o domínio do latifúndio na estrutura fundiária se consagrava como uma das principais causas da problemática social e política vivenciada no campo” (Ibidem, p.448). Refletindo sobre o problema do latifúndio nos sertões do Nordeste, Josué de Castro (2007) apresenta o crescimento das ligas camponesas nesse período, “que se constituíram sob a pressão das circunstâncias – da violência e da opressão desbragadas do latifundiário – num instrumento de ação política libertadora” (Ibidem, p.136).

Sujeito sertanejo subalterno e território: elementos para uma análise da produção territorial na cidade de Canudos (1893-1897)

Os conflitos sociais no sertão brasileiro têm início com as tribos indígenas, pois como destaca Andrade (2011), a história do Brasil, que transcorre por grande tempo no Nordeste, apresenta que os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas não viam com bons olhos a penetração do homem branco que

chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas áreas mais férteis, nas ribeiras. O colonizador chegava, “construía casas, levantava currais de pau-a-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios, onde havia falta d’água durante quase todo o ano.” (ANDRADE, 2011, p.186).

Esse processo avança a partir dos núcleos de difusão do litoral, partindo da capitania de Pernambuco no caminho dos “sertões de fora”; partindo da capitania da Bahia no caminho dos “sertões de dentro”. Os colonizadores utilizaram os caminhos antigos que eram as trilhas feitas pelos próprios indígenas como caminhos do gado. Os indígenas, por sua vez, retirando seu sustento da relação natural com a terra, da caça e da pesca, abatiam os bois e cavalos dos colonos, como faziam com qualquer outra caça.

A partir daí, surgiram os primeiros conflitos e guerras como no exemplo do processo de ocupação do sertão através da interiorização da então capitania de Pernambuco, que protagonizou violentos combates. Sobre as primeiras tentativas de interiorização da capitania de Pernambuco pelo Rio São Francisco, que ficou conhecido como “Rio dos Currais” pelos caminhos do gado, Andrade (2011, p.75) afirma: “As entradas são-franciscanas resultaram em completo fracasso [...] com a morte dos entradistas em mãos dos índios.” Mas num segundo momento, os colonizadores promoveram um verdadeiro genocídio indígena.

Nesse sentido, pensando o processo de produção do território nos sertões do semiárido, se faz necessário desconstruir a retórica da missão civilizatória colonizadora. O processo de crítica da colonização, do ponto de vista dos sujeitos subalternos, passa pela (re)apropriação do território, tendo em vista que historicamente foram vítimas de um “violento processo de desterritorialização [...] dentro de uma política predadora de conquista”(HAESBAERT, 2014, p.99). Assim, no interior da crítica decolonial, a Geografia deve se posicionar “a partir da América, sobretudo da América negra, indígena e mestiça e dos segmentos excluídos da riqueza” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.41).

Outrossim, como viemos argumentando, o conceito de território é compreendido pelas relações de poder que o constituem. Posto isso, nos aproximamos de uma leitura da colonialidade do poder¹⁴ para pensar o território sertanejo, pois este conceito propõe o entendimento da centralidade da herança

¹⁴ Para Quijano (2009), a *colonialidade do poder* quer dizer que as relações de colonialidade não findaram com a destruição do colonialismo.

colonial para os estudos sobre a América Latina. No interior dessa discussão, Porto Gonçalves e Quental (2013) declaram que ainda hoje o conceito de colonialidade do poder mantém seu potencial explicativo no que diz respeito aos projetos territoriais de caráter expansivo, que vê as comunidades mais diversas, como povos originários, quilombolas, camponeses, dentre outros, como descartáveis.

Conquanto, é preciso destacar que a produção do território nos sertões do Nordeste é profundamente marcada pelas desigualdades no acesso à terra, pois todo o processo de ocupação territorial foi orientado para a construção e consolidação do latifúndio. Como se sabe, a ocupação dos sertões pelo processo de colonização se deu por meio das sesmarias, que foram a doação de terras para grão-senhores colonizadores que tinham uma ligação íntima com a nobreza das capitanias hereditárias.

Contudo, “não foram estes grão-senhores, porém, como querem fazer acreditar alguns historiadores, os homens fortes da conquista dos nossos sertões” (ANDRADE, 2011, p.184). O processo de ocupação e construção dos currais passou por inúmeros conflitos com as tribos indígenas em um ambiente hostil dos sertões, que foi desbravado por agregados e escravos que não tinham as “qualidades” necessárias para obtenção de terras junto as capitanias hereditárias.

Esse processo provocou inúmeras revoltas indígenas, dentre elas a própria guerra dos bárbaros, que “possibilitou a ocupação, pela pecuária, do Ceará, do Rio Grande do Norte, e de quase toda a Paraíba” (ANDRADE, 2011, p.186). Nesse processo, foi incorporando grande extensão de terras do sertão à economia colonial portuguesa, que passou “a fornecer os animais de trabalho e a carne às áreas mais povoadas da Mata pernambucana e do Recôncavo baiano” (Ibidem, p.186). Nesse contexto, também tivemos o processo de miscigenação populacional com a ocupação dos sertões nordestinos.

A este respeito, Ribeiro (2013, p.369) destaca que naquele contexto “a família se estrutura patricêntrica e poligínica, dominada pelo chefe como um grupo doméstico”. Sendo o chefe familiar o colonizador que recebeu uma sesmaria, podia ter diversas esposas que se submetiam a ele, produzindo toda uma sociedade nova de mestiços que não eram reconhecidos como filhos pelos colonizadores e passaram a servir como mão de obra. Para Andrade (2011), esses mestiços vão ser reconhecidos como “sem eira nem beira”, pois não tinham acesso à terra, restando apenas a venda da força de trabalho nos latifúndios do sertão.

Darcy Ribeiro acrescenta que: “foi insignificante a proporção de mulheres brancas vindas para o Brasil. Nessas condições, recaiu sobre a mulher indígena a função de matriz fundamental, geralmente fecundada pelo branco” (RIBEIRO,2013,p.229), gerando os chamados mamelucos, que eram vistos como “impuros filhos da terra” sendo aproveitados como mão de obra quando rapazes, reconhecidos como agregados. No interior desse processo, de acordo com Andrade (2011, p. 187), se desenvolveu uma civilização *sui generis* nos sertões, pois os grandes sesmeiros “mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades, dirigidos quase sempre por um vaqueiro que, ou era escravo de confiança, ou um agregado.”

A partir do resgate dos elementos históricos do processo de produção territorial dos sertões, devemos alertar que as tensões do projeto de dominação colonial não suprimem a resistência. Podemos afirmar que no âmbito da espacialidade do poder dos sertões do Nordeste, temos uma predominância dos processos de expansão econômica, permeados pela persistência de uma colonialidade do poder. Contudo, por outro lado, não é possível negar a resistência dos sujeitos sertanejos subalternos, bem como comunidades tradicionais em suas lutas pela apropriação territorial.

Avançando na argumentação, no âmbito da virada do século XIX para o século XX, levando em conta todas as desigualdades do acesso à terra desde a colonização, vamos observar um movimento diferenciado de reação dos sujeitos subalternos. Com as seguidas secas, que provocaram um verdadeiro *êxodo do sertão* (Ver Figura 1), formou-se um contexto no qual foi possível que: “os sertanejos começassem a roubar gado e a saquear fazendas.” (DAVIS, 2002, p. 92). Podemos observar que o contexto apresentado no tópico anterior sobre as ações de saque, se repetiu em todo o sertão semiárido nos períodos de seca, se diferenciando no caso de Canudos, onde a partir de 1893 os sujeitos sertanejos subalternos buscavam uma solução não menos radical de acesso à terra.

Figura 1 - Êxodo do sertão.

Fonte: DAVIS (2002).

Para Davis (2002, p. 198), na esteira das ações de massa sertaneja, a Guerra de Canudos nos anos de 1896-97 “é um dos fatos definidores da história moderna do Brasil”. O autor relata que Antônio Conselheiro e seus seguidores não procuravam conflitos. Como uma resistência contra a república velha, que eles acreditavam ser os sinais do fim dos tempos, formou-se um movimento que chamou atenção dos sertanejos e trabalhadores em geral para sair das cidades do sertão e litoral, pois nutria intensos sentimentos de justiça social, contra a escravidão e exploração dos pobres que “levaram-no a defender a desobediência não violenta civil e religiosa.” (Ibidem, p.201).

Acreditamos que no caso da Guerra de Canudos, temos um exemplo de luta social popular desenvolvida no sertão semiárido brasileiro. Para Darcy Ribeiro (1995), a Guerra de Canudos se caracteriza como um conflito de classes, no qual se enfrentam de um lado, os privilegiados proprietários de terra, de bens de produção, que são predominantemente brancos, e de outro lado, as grandes massas de trabalhadores, estas majoritariamente mestiças ou negras.

No livro *os Sertões*, Cunha (2000, p. 168) descreve o momento no qual os camponeses ainda não haviam construído a cidade de Canudos, mas quando Conselheiro se levanta contra a república: “Viu a república com maus olhos e pregou, coerente, a rebeldia contra as novas leis.” Com relação aos conflitos da época, Euclides da Cunha afirma: “foram em um crescendo tal de depredações e

desacatos, que despertaram a atenção dos poderes constituídos [...] talavam-se fazendas, saqueavam-se lugarejos, conquistavam-se cidades!” (CUNHA. 2000, p.180).

Nesse contexto, de transição político-econômica nacional, a comunidade de Canudos surge como uma resistência ao capitalismo nacional que se anunciava. As grandes lavas de sertanejos que viviam o drama do latifúndio e eram assolados pelas recorrentes secas em todo o sertão resolveram se organizar. Assim, Canudos surgia como uma cidade resistente à seca, com o cultivo das margens do rio de legumes e frutas, proporcionando subsistência para cerca de 35 mil pessoas¹⁵, sertanejos, descendentes de escravos fugitivos, vaqueiros, ex-cangaceiros e remanescentes do povo indígena Kiriri.

Em outra passagem, o autor de Os Sertões informa como se deu a construção da cidade e a peregrinação de grande contingente de população para sua construção: “povoado nascente ao fundo dos sertões do Piauí, Ceará, Pernambuco e Sergipe chegavam sucessivas caravanas de fieis. Vinham de todos os pontos, carregando os haveres todos [...]” (CUNHA, 2000pp.170-171). Martins (1990), por sua vez, em seu estudo sobre os camponeses e a política no Brasil, destaca que Antônio Conselheiro fazia uma interpretação política e de classe do processo que estava atingindo o povo, pois Canudos era um movimento marcado por critérios de justiça que se contrapunham à justiça parcial e de classe dos coronéis.

Para Darcy Ribeiro (1995, p.168), os trabalhadores não encontravam autonomia, assim: “A classista prevalece porque os sertanejos, sublevados pelo Conselheiro, combatiam, de fato, a ordem fazendeira, que, condenando o povo a viver num mundo todo dividido em fazendas, os compelia a servir a um fazendeiro ou a outro.” Em outra passagem, ele diz: “Desde o princípio os fiéis do Conselheiro eram vistos como um grupo crescente de lavradores que saíam das fazendas e se organizavam em si e para si, sem patrões nem mercadores, e parecia e era tido como o que há de mais perigoso.” (RIBEIRO, 1995, p.174). Nas palavras de Davis (2002), os sertanejos em Canudos não procuravam guerra e sim o acesso à terra.

De todo modo, no ano de 1896 se inicia a resistência de Canudos, apenas com bacamartes e facas de mão, contra, ao primeiro momento, as tropas baianas, que estavam atendendo aos pedidos de repressão realizados pelos donos de terra. Os sertanejos de Canudos se organizaram, fazendo baixas nas três primeiras

¹⁵ Ver: DAVIS (2002); MARTINS (1990).

tentativas de repressão organizadas pelos donos de terra em conjunto com a república velha. Nas palavras de Davis (2002, p.204): “O ataque final começou em julho [1897], mas o povo de Canudos, sabendo muito bem que era uma guerra de extermínio, resistiu durante longos três meses a artilharia moderna.”

Para Ribeiro (1995, p.175): “nenhuma paz era possível entre quem lutava para refazer o mundo em nome dos valores mais sagrados e as forças armadas que cumpriam seu papel de manter esse mundo tal qual é.” Para este autor, em torno de Antônio Conselheiro, que foi um profeta e grande reformador social, se concentrava Canudos, no alto do sertão são-franciscano, se apresentando como um “surto de religiosidade bíblica” atraindo os trabalhadores para o abandono das grandes fazendas em busca da salvação.

As primeiras expedições armadas contra Canudos fracassaram “diante do poder de liderança de Antônio Conselheiro, fundado em sua capacidade de infundir esperança de salvação e de uma vida melhor na própria terra, as massas sertanejas” (RIBEIRO, 1995, p.175) Em outra passagem, ele diz:

A insistência dos oprimidos em abrir e reabrir as lutas para fugir do destino que lhes é prescrito; e, de outro lado, a unanimidade da classe dominante que compõe e controla um parlamento servil, cuja função é manter a institucionalidade em que se baseia o latifúndio. Tudo isso garantido pela pronta ação repressora de um corpo nacional das forças armadas que se prestava, ontem, ao papel de perseguidor de escravos, como capitães do mato, e se presta, hoje, à função de pau-mandado de uma minoria infecunda contra todos os brasileiros (RIBEIRO, 1995, p.175).

Darcy Ribeiro, por outro lado, afirma que Canudos fica na memória da história do Brasil, como uma tradição oral das populações sertanejas, “sobretudo, a lição de esperança dos ensinamentos de Conselheiro sobre a possibilidade de criar uma ordem social nova, sem fazendeiros, nem autoridades” (RIBEIRO, 1995, p.359).

Para Martins (1990), por sua vez, a análise dos movimentos camponeses no Brasil, desde o final do século XIX com a luta de Canudos no Nordeste, passando pelo banditismo social, até as ligas camponesas já na metade do século XX, indica que tais lutas avançaram mais rápido que os partidos de esquerda pudessem compreender. Para este autor, a perspectiva evolucionista dos partidos marxistas faz com que as lutas camponesas sejam compreendidas como pré-políticas, pois “apenas a partir de uma força de fora, isto é, externa, é que esses movimentos podem se transformar em movimentos políticos propriamente ditos” (Ibidem, p.27).

De acordo com o estudo de Villa (1997) sobre a comunidade de Canudos, se faz necessário a valorização dos aspectos culturais da tradição sertaneja, principalmente no que diz respeito aos mutirões e as formas organizativas, que

possibilitou: “a sobrevivência de milhares de conselheiristas à margem do sistema de dominação coronelístico” (Ibidem, p.11). Em outra passagem o autor afirma: “indico a necessidade de compreender a experiência conselheirista como um grande momento da história nordestina, onde os sertanejos lutaram para construir um mundo novo, enfrentando o Estado dos *landlords*” (VILLA, 1997, p.12).

Na construção da utopia sertaneja, Conselheiro dava sentido à vida dos sertanejos, demonstrando diariamente o poder de dominação do Estado em articulação com a Igreja e os latifundiários, bem como a possibilidade de superação desta ordem social. Para Villa (1997), não há uma pregação política revolucionária no sentido ocidental, mas é a prática cotidiana que coloca a religião como elemento aglutinador da comunidade. Diz o Conselheiro: “Eis aí a República, o cativo, trabalhar somente para o governo. É a escravidão anunciada pelos mapas que começa” (Ibidem, p.52). De acordo com a análise deste autor, “Antônio Conselheiro começou a dar corpo à ideia de fundar uma cidade comunitária, onde não houvesse discriminação nem privilégios” (Ibidem, p.54).

Nesse sentido, a cooperação foi elemento essencial para a reprodução da comunidade, pois a organização econômica tinha como base o comunitarismo, “isto é, a responsabilidade de cada indivíduo pela manutenção da coletividade. Várias atividades adotavam o uso do mutirão, uma antiga tradição do mundo sertanejo” (VILLA, 1997, p.65). Em suas palavras:

O mutirão foi adotado nas pequenas propriedades quando da derrubada da mata, semeadura, limpeza da roça e colheita, além da edificação das casas. [...] Estas atividades desenvolveram-se à margem do complexo escravo-latifundiário, funcionando como um contraponto à economia mercantil voltada para o mercado externo. Até na realização do mutirão estava explícita a diferença; era um dia de festa, onde o trabalho não se dissociava da alegria, da satisfação em ajudar um indivíduo ou a coletividade (VILLA, 1997, p.65).

Neste estudo, o autor alerta que o Conselheiro não gostava de dinheiro “não dormia com um tostão de um dia para o outro. Se recebia esmolas logo as passava a quem se achasse junto dele” (Ibidem, p.67). De todo modo, a existência de dinheiro na comunidade se caracterizava pelas esmolas e doações que os moradores recebiam, mas de acordo com o autor, dada a organização da comunidade, o mesmo não permeava as relações sociais.

Os princípios religiosos da comunidade rechaçavam a acumulação e demonstração de riqueza, pois “boa parte do intercâmbio era realizada pela troca simples, não mediatizada pela moeda” (Ibidem, p.68). O autor destaca que no ápice

da guerra, durante a quarta expedição, foram queimadas as notas de dinheiro, que naquele momento de nada serviriam.

De acordo com a argumentação de Villa (1997), podemos observar a subalternidade dos construtores da comunidade de Canudos, “que não encontrava na estrutura de dominação tradicional meios de subsistir e/ou de agir com relativa autonomia” (Ibidem, p.68). Em outras palavras: “A migração para o arraial e a construção da comunidade, longe de representar uma ameaça para a ordem pública, era para o sertanejo um momento de independência, de autonomia, frente ao poder autocrático secular dos dominantes” (VILLA, 1997, p.78).

Por outro lado, como é destacado por Euclides da Cunha (2000), em outra passagem, Antônio Conselheiro e seus seguidores ao construírem a Jerusalém de taipa não procuravam conflitos com a República, mas sim a construção de uma saída sócio religiosa para a sociedade sertaneja. Em suas palavras, Canudos “era um lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito” (CUNHA, 2000,p.170) e afirma que: “O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais.”(Ibidem, p. 399).

Em nossa análise, procuramos salientar a perspectiva de Canudos como uma saída alternativa para a República que se instalava. Podemos dizer que se trata de uma apropriação diferenciada do espaço na perspectiva de classe, ressaltando a iniciativa de construção de uma cidade comunitária que procurava sua autossuficiência com a produção de alimentos, na base do mutirão. Tencionamos apresentar o traço de solidariedade, que existiu entre aqueles sujeitos subalternos, na sua maioria de sertanejos.

De acordo com Villa (1997), o livro os Sertões de Euclides da Cunha¹⁶ é uma barreira para o conhecimento da comunidade histórica. Cunha teve uma pequena passagem pelas trincheiras da guerra, cerca de 16 dias durante a quarta expedição, tendo se aproximado duas vezes das trincheiras, conseguindo a maior parte de suas informações com os oficiais. Por sua vez, pelos jornais, depoimentos de sobreviventes e documentos oficiais, Villa (1997) fez sua pesquisa de resgate da memória, “sempre tendo de enfrentar o preconceito dos dominantes que

¹⁶ De acordo com Machado (1995), Euclides da Cunha apresentava uma teoria eugenista amparada no evolucionismo biológico. Sua teoria foi incorporada pelo projeto de modernização autoritária na década de 1930, o reconhecendo como mestre do pensamento geográfico nacionalista. Com uma retórica pautada na necessidade do “progresso”, através da teoria dos contrastes, ele defendeu avanço do litoral modernizado sobre o sertão arcaico e estagnado, reafirmando uma teoria evolucionista da sobrevivência dos mais aptos.

desqualificam quaisquer manifestações dos de baixo, como se estes não tivessem direito ao registro histórico ou, o que é mais grave, a fazer história” (VILLA, 1997, 9).

A título de exemplo da análise problemática de Cunha (2000), podemos fazer uma diferenciação entre o que ele chama de jagunço e os cangaceiros. Os primeiros seriam aqueles mercenários contratados pelos coronéis nos primeiros combates, ao passo que os cangaceiros são aqueles subalternos que se uniram ao conselheiro na construção da utopia sertaneja. Nas palavras de Ribeiro (1995, p.174): “esse contingente humano foi capaz de enfrentar e vencer, primeiro, as autoridades locais e os fazendeiros, aliciando jagunços; depois, as tropas estaduais e, por fim, diversos exércitos armados pelo governo federal.”

De nossa parte, procuramos analisar a prática da formação da cidade de Canudos como a produção de um território autônomo por meio do acesso à terra, pois o povo sertanejo no contexto de um processo de colonização que produziu o território de forma desigual, priorizando os latifúndios, estava em uma batalha pela sobrevivência, procurando uma saída, produzindo sua subsistência. Isso ao contrário da República, que para Antônio Conselheiro seria uma perpetuação e uma nova forma de ampliar o escravismo, no qual os homens iriam trabalhar apenas para comer e pagar os impostos.

Como viemos destacando, buscamos fazer uma análise da problemática dos sujeitos sertanejos perante o processo de colonização e formação do latifúndio no semiárido. Expomos, no interior da problemática, o movimento histórico da luta social na comunidade de Canudos como uma luta sertaneja que serve de memória para os movimentos sociais, caracterizando o ponto de vista do sujeito sertanejo subalterno. A perspectiva dialética de análise do território como um produto das relações de poder entre a dominação e a apropriação nos possibilitou uma ênfase na análise dos sujeitos subalternos, apresentando as possibilidades de apropriação e construção de um novo território por meio das lutas sociais.

Considerações Finais

Neste artigo, apresentamos uma contribuição da ciência geográfica no desvendar da prática social, especificamente através da análise dos processos que constituíram a existência de sujeitos políticos no sertão nordestino. Buscamos compreender as relações de poder entre os projetos de dominação, na esteira do processo de colonização brasileiro, bem como as possibilidades de apropriação do território pelos sujeitos subalternos. Nessa perspectiva, apresentamos as trajetórias

dos sujeitos sertanejos subalternos esquecidos no processo de colonização. Deixamos claro nosso entendimento de que as desigualdades sociais e territoriais no sertão não estão associadas aos fenômenos físicos, mas à ordem da dominação política, econômica e social.

Como viemos argumentando, o conceito de território é referenciado teoricamente pelo estudo dos conflitos e relações de poder que o constituem. Sendo assim, compreendemos a necessidade de destacar sua face colonial de dominação no intuito de compreender as marcas do latifúndio nos sertões nordestinos. Por outro lado, no interior da crítica decolonial sobre as relações de poder, a produção geográfica se aproxima dos sujeitos subalternos destacando que é imprescindível a compreensão das resistências e lutas políticas contra o projeto de colonização. O resgate da memória das lutas camponesas contra o latifúndio ao longo da história das lutas políticas no sertão, culminou com uma reflexão sobre a luta social dos sujeitos sertanejos na produção do território em Canudos.

Ademais, o conceito de território numa leitura relacional contribuiu de forma essencial para uma reflexão sobre as perspectivas políticas dos sujeitos sertanejos subalternos, agregando elementos para um aprofundamento do entendimento do território sertanejo para além da leitura tradicional, que o classifica apenas como espaço dos coronéis. Desse modo, para além da negação da práxis política vivida e experienciada pelos sujeitos sertanejos subalternos, buscamos um resgate da memória e dos fios processuais que compõem a produção social do território no tocante ao ponto de vista dos vencidos. Essa proposta destaca os choques entre os processos de dominação e as possibilidades de apropriação, contribuindo no que diz respeito a uma rerepresentação da produção do território pelos sujeitos subalternizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. 2013, n.11, pp.89-117.

BARBOSA, Aline Miranda; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. In: Desafios aos Estudos Pós-Coloniais. As Epistemologias Sul-Sul. (Org.) MENESES, Maria Paula; VASILE, Iolanda. **Cescontexto**, debates, n.5, Maio 2014.

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da necessidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.
- CASTRO, Josué de. A reivindicação dos mortos. In: **Josué de Castro**: vida e obra. (Orgs.) FERNANDES, Bernardo Mançano; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. São Paulo, Expressão Popular, 2007.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 21 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: **Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo latino americano de ciencias sociales, 2005.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 1968.
- GOMES, Rita de Cássia da Conceição. As oligarquias e a produção do território no Estado do Rio Grande do Norte. In: **Capítulos de Geografia Nordestina**. (Orgs.) DINIZ, José Alexandre; FRANÇA, Vera Lúcia Alves. Aracaju, NPGeo/UFS, 1998.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: “do fim do territórios” à multiterritorialidade; 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transteritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. In: **Journal of Latin American Geography**, Volume 19, Number 1, January 2020a.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. In: **Revista GEOgraphia**, V. 22, N. 48, 2020b.
- HARVEY, David. **Cosmopolitanism and the geographies of freedom**. Columbia University Press, 2009.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio - uma leitura das teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LUKACS, Gyorgy. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. 2ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.
- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: Meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: **Geografia**: conceitos e temas. (Org's) Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes; Roberto Lobato Correa. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República velha. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4ed. Petropolis, Editora Vozes, 1990.

MATOS, O. C. F. **Benjaminianas**: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 2009

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, secretaria de cultura e desporto, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires, CLACSO, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro. América Latina e a colonialidade do poder. In: **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. (Org.) Rogério Haesbaert. 2ed. Niterói, Editora da UFF, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: **Epistemologias do sul** (Org) Boa ventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. Edições Almedina, Coimbra, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo latino americano de ciencias sociales, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: companhia das letras, 1995.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: companhia das letras, 2011.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos**: o povo da terra. São Paulo. Ática, 1997.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Rodrigo José de Góis Queiroz - Concepção, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

FINANCIAMENTO

CAPES

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 24-06-2019

Aprovado em: 05-07-2020